



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL

EDITAL DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 1.083/2024  
TIPO: MAIOR OFERTA DE OUTORGA  
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR PREÇO  
MODO DE DISPUTA: ABERTO

O Município de Santa Clara do Sul, por intermédio de seu Prefeito, torna público, que estará realizando a licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024**, do tipo **MAIOR OFERTA DE OUTORGA**, critério de julgamento **MAIOR PREÇO**, através do [site www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), objetivando a **CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, A TÍTULO ONEROSO, DAS DEPENDÊNCIAS DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES**, conforme Processo Administrativo Digital nº 1.083/2024, Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações da Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 2882/2023, Decretos Municipais nº 2701/2022, nº 2836/2023 e demais legislações aplicáveis, bem como as condições a seguir estabelecidas.

**1. DO LOCAL, DATA E HORA**

**1.1. A sessão pública será realizada no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2024, com início às 8h30min, horário de Brasília - DF.**

**1.2. Somente poderão participar da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.1, até às 08h25min do DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2024.**

**1.3. Ocorrendo decretação de feriado, se não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal, se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.**

**1.4. Esta Concorrência será conduzida pela Agente de Contratação, servidora Carléia Cristina Haas que tem como suplente o servidor Artur Lazzari designados pela Portaria nº 7810/2024, e demais membros que forem designados para Equipe de Apoio.**

**2. OBJETO**

**2.1. O objeto da presente licitação constitui-se na CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, A TÍTULO ONEROSO, DAS DEPENDÊNCIAS DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES**, com área de 1880,09m², situado na Rua Capitão Nicolau Klein, nº 533, Centro – Santa Clara do Sul/RS, Setor 02, Quadra 35, Lote 277, matriculado no Registro de Imóveis de Lajeado-RS sob nº 83.044, tudo de acordo com o **Termo de Referência - Anexo I** do Edital, Lei Municipal nº 2882/2023 e conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL DE REFERÊNCIA
1	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO PARA O GINÁSIO DE ESPORTES	R\$ 1.090,15

**2.1.1. A concessão tem por finalidade a administração e exploração comercial de serviços de copa e cozinha, limpeza, agendamento de horários para prática esportiva nas dependências do Ginásio Municipal de Esportes (incluindo a quadra esportiva, arquibancadas, copa, cozinha, vestiários e sanitários).**

**2.1.2. Não estão contempladas na concessão as salas atualmente ocupadas e/ou cedidas pelo Poder Público.**

**2.1.3. O Município resguarda-se o direito de, gratuitamente:**

**a) Usar as dependências do ginásio de esportes para a prática de atividades esportivas, culturais e similares dos alunos da rede municipal e estadual, dos projetos esportivos e culturais da Administração Municipal, de acordo com a organização da Secretaria Municipal de Educação,**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL**

Cultura, Desporto e Juventude ou sempre que previamente solicitado pela Administração Municipal;

**b)** Realizar eventos promovidos pelo Município;

**c)** Ocupar as salas dos pavimentos, inferior e superior, para a finalidade que melhor se ajustar às necessidades e interesses do Município.

**2.2. À Concessionária caberá, obrigatoriamente:**

**a)** Conservar o ambiente interno e externo limpo e em condições de uso;

**b)** Ceder o espaço a outros segmentos sociais, culturais e desportivos da Comunidade local, mediante termo próprio;

**c)** Arcar com 25% (vinte e cinco por cento) dos custos de energia elétrica e 100% (cem por cento) do abastecimento de água e da manutenção (exceto da quadra esportiva e lâmpadas da quadra) e conservação do local e arredores.

**d)** Realizar a limpeza dos banheiros, vestiários, quadra, arquibancadas, fornecendo os materiais de limpeza e fazendo o recolhimento de lixo, mantendo o imóvel em condições permanentes de uso.

**d.1)** Efetuar a limpeza do local objeto desta concessão logo após os eventos, mantendo o ambiente limpo e higienizado, possibilitando seu uso na sequência;

**d.2)** Fornecer o material de higiene necessário ao funcionamento do local (Papel toalha, papel higiênico, entre outros), em quantidade suficiente, efetuando a reposição sempre que necessário (exceto quando o espaço for utilizado em Eventos/Programações da Administração Municipal).

**e)** Efetuar a cobrança das taxas de utilização que poderão ser praticados pela Concessionária, de acordo com aqueles estabelecidos no Código Tributário Municipal (Lei Municipal nº 2626/2021).

**f)** Zelar pela ordem do estabelecimento e suas dependências.

**g)** Entregar o imóvel concedido, no mesmo estado em que o recebeu ao final da concessão ou quando de sua rescisão.

**h)** Realizar o uso racional de água e energia, de forma a evitar desperdícios.

**i)** Colaborar para separação dos resíduos recicláveis.

**2.3. Todos os equipamentos, materiais, utensílios necessários e em quantidade suficiente ao pleno funcionamento dos serviços de copa e cozinha, bem como o atendimento ao público, deverão ser providenciados e disponibilizados pela concessionária e serão de sua inteira responsabilidade, inclusive a retirada dos mesmos ao final da concessão.**

**2.4.** Todas as despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção (com exceção da quadra esportiva, lâmpadas da quadra) do bem imóvel cedido correrão por conta da concessionária.

**2.5.** O prazo para início da concessão será imediato após a emissão do contrato.

**2.6.** Será permitida a sublocação do espaço pela Concessionária, somente para atividades de finalidade esportiva, desde que seja solicitada autorização prévia e justificada juntamente ao Departamento de Cultura e Desporto do Município.

**2.7.** Ressalta-se que a concessão estabelecida pela presente licitação não garante direito de exclusividade ao concessionário, podendo, em eventos autorizados pelo Município ser transferido para terceiros.

**2.8.** A concessionária ficará responsável pela segurança, limpeza, manutenção, conservação e fiscalização da área física disponibilizada e/ou utilizada (Ginásio Municipal e entorno), comprometendo-se, salvo autorização em contrário, a entregá-la, ao término do contrato, nas mesmas condições em que inicialmente se encontrava.

**2.9.** Qualquer modificação física, reforma e outra mudança na instalação hidráulica ou elétrica, que o concessionário pretenda realizar no imóvel concedido deverá obter autorização prévia através de requerimento, que, uma vez aprovado, eximirá o Concedente (Município) de responder por eventual ação indenizatória pelas benfeitorias.

**2.10.** Os eventos em que a Administração Municipal estiver inserida como parceira, promotora e/ou apoiadora terão prioridade de agenda, bem como de exploração de todo o objeto de concessão, desde que, agendados previamente junto à Concessionária.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL**

**2.11.** A vigência da concessão de uso será pelo período de **05 (cinco) anos**, admitida a prorrogação por igual período, podendo ser rescindida a qualquer momento, por interesse público, assim como o Município resguarda-se à sua ocupação para realização de eventos públicos.

**2.12.** A concessionária se obriga a manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições básicas de habilitação e qualificação exigidas no presente certame.

### **3. DO CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

**3.1.** Para participar do certame, o licitante deve atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus anexos e providenciar o seu credenciamento, diretamente junto ao provedor do sistema através do site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

**3.1.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**3.1.2.** O credenciamento da licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

**3.2.** É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

**3.2.1.** Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Santa Clara do Sul, promotor da licitação, por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

**3.2.2.** Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

**3.2.3.** Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

**3.2.4.** Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do certame na forma eletrônica; e

**3.2.5.** Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

**3.3.** O credenciado deve conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal de Compras Públicas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.4.** Poderão participar da presente licitação, pessoas jurídicas legalmente constituídas e com o objeto social compatível ao objeto do certame, que atendam às demais condições deste Edital e seus anexos, que estejam devidamente cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

### **4. VEDAÇÕES**

**4.1.** Não poderão disputar licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

**a)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**b)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL

desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**c)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**d)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**e)** agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**4.2.** O impedimento de que trata a alínea “a” do item 4.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**4.3.** Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

## 5. ENVIO DAS PROPOSTAS

**5.1.** As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, até a data e horário estabelecidos no item 1, subitem 1.2 deste edital, observando os itens **10 e 11** deste Instrumento, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

**5.2.** Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo Agente de Contratação, deverão ser encaminhados no prazo máximo de **02 (duas) horas**.

**5.2.1.** É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.3.** O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

**5.3.1.** Que cumpre plenamente os requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei;

**5.3.2.** Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**5.3.3.** O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, **se for o caso**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

**5.3.4.** Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**5.3.5.** Que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**5.3.6.** Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições contidas no





## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL

Edital e seus anexos para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**5.3.7.** Que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

**5.3.8.** Declara que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**5.4.** As licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando a descrição detalhada do objeto, o valor mínimo a ser pago mensalmente ao Município pelo item licitado e demais informações de acordo com o edital e seus anexos, englobando todos os custos, bem como a tributação e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

**5.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.6.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**5.7.** A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

**5.8.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**5.9.** O encaminhamento de proposta financeira pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

**5.10.** No valor das propostas deverão estar incluídas todas as despesas que influenciem nos custos, tais como: transporte/deslocamento, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos.

## 6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

**6.1.** No dia e hora indicados no item 1 deste Edital, o Agente de Contratação abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

**6.2.** O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública da licitação, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 3 deste Edital.

**6.3.** A comunicação entre o agente de contratação e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

**6.4.** Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

## 7. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

**7.1.** O agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital e seus anexos.

**7.2.** Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexecutáveis ou permanecerem, após a etapa de lances, inferiores ao valor mínimo mensal estimado pelo Município para a concessão;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL**

insanável.

**7.3.** A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

**7.4.** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

**7.5.** As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o Agente de Contratação dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**7.6.** Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

**7.6.1.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**7.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

**7.7.1.** O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

**7.7.2.** O licitante somente poderá oferecer valor superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.7.3.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

**7.7.4.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de **R\$ 10,00 (dez reais)** que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**7.7.5.** Serão considerados intermediários os lances iguais ou inferiores ao maior já ofertado.

**7.7.6.** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**7.8.** A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

## **8. MODO DE DISPUTA**

**8.1.** Será adotado o **modo de disputa “ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 7.

**8.2.** A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**8.3.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**8.4.** Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

**8.5.** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o agente de contratação poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

**8.6.** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o agente de contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**8.7.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL**

24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, onde ocorreu a sessão.

## **9. CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

**9.1.** Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 5.3.3 e 5.3.4 deste Edital.

**9.1.1.** Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou inferiores em até 10% (dez por cento) à proposta de maior valor.

**9.1.2.** Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

**a)** a beneficiária detentora da proposta de maior valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, superior àquela considerada, até então, de maior preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

**b)** se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, superior à de maior preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 9.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea *a* deste item.

**9.1.3.** O disposto no item 9.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de maior valor inicial tiver sido apresentada por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

**9.2.** Ao fim da sessão de desempate, caso nenhuma das empresas registre um novo lance, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

**a)** disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**b)** avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual serão utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

**c)** desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme artigo 5º, §1º, do Decreto Federal nº 11.430/203;

**d)** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**9.3.** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**a)** empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

**b)** empresas brasileiras;

**c)** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**d)** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**9.4.** Quando forem utilizados sem sucesso, todos os critérios de desempate acima mencionados, constantes no Art. 60 e §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, poderá ser utilizado o sorteio como critério de desempate.

## **10. NEGOCIAÇÃO, PROPOSTA READEQUADA E JULGAMENTO**

**10.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o agente de contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o preço mais vantajoso, com a finalidade de negociar a obtenção de melhor proposta.

**10.1.1.** A contraproposta/negociação de que trata o item 10.1 será feita através do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, possibilitando a arrematante ofertar melhor proposta, que será avaliada pelo Agente de Contratação quanto a sua aceitabilidade.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL**

**10.2.** A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo agente de contratação, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 5.2 deste Edital.

**10.3.** Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor de referência da Administração.

**10.4.** Encerrada a negociação, o Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie por meio do sistema eletrônico, a **proposta readequada ao último preço ofertado após a negociação realizada, sendo necessário anexar em formato “PDF” o arquivo da proposta atualizada de valores** devidamente assinada e conforme segue, para verificação do atendimento das exigências do Edital e anexos (Poderá ser utilizado o **modelo do Anexo II** do Edital.)

**a) Razão Social da empresa licitante, número do CNPJ, endereço completo, telefone para contato, endereço eletrônico (e-mail), nome de pessoa para contato, nome e CPF da pessoa indicada para assinar o contrato;**

**b) Prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias úteis, a contar da data da abertura da sessão eletrônica;**

**c) Prazo para início da Concessão: imediatamente após a emissão do contrato;**

**d) Proposta financeira, mencionando o ITEM e apresentando proposta de valor a ser pago mensalmente ao Município, em moeda corrente nacional, expresso em algarismos, com apenas duas casas decimais após a vírgula.**

**Observação:** O valor mínimo de proposta a ser apresentada é de R\$ 1.090,15 (Um mil e noventa reais e quinze centavos), sendo que o valor ofertado deverá ser pago mensalmente à Fazenda Pública Municipal.

**e) Nome e assinatura do representante legal da pessoa jurídica.**

**10.5.** Serão desclassificadas as empresas que ofertarem valores inferiores ao preço de referência fixado pelo Município.

**10.6.** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

**10.7.** O agente de contratação poderá convocar o licitante para enviar documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**10.7.1.** Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado após o encerramento do envio de lances.

**10.8.** É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**10.9.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**10.10.** O agente de contratação poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

**10.11.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o agente de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**10.12.** Também nas hipóteses em que o agente de contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtida melhor proposta.

**10.13.** Dentre as propostas aceitas será vencedora a empresa que apresentar o **MAIOR**





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL**

**VALOR** a ser pago mensalmente ao município.

**10.14.** Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

**10.15.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**10.16.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **11. DA HABILITAÇÃO**

**11.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o agente de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal de compras públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

**11.1.1.** SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-Web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf>)

**11.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

**11.1.3.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

**11.1.4.** Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0>);

**11.1.5.** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “11.1.2”, “11.1.3” e “11.1.4” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**11.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**11.2.1.** Constatada a existência de sanção, o agente de contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

### **11.3. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante a apresentação dos seguintes documentos:**

#### **11.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado onde legalmente necessário e acompanhado, no caso de sociedades empresárias e sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores,** o contrato social ou ato constitutivo deverá ser apresentado com todas as alterações, ou, se houver, poderá ser apresentada somente a consolidação e as alterações posteriores;

**b) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ),** emitido há menos de 90 (noventa) dias;

**c) Apresentar Certidão da Junta Comercial de Enquadramento de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, ou declaração firmada pelo representante legal da licitante ou por contador ou técnico em contabilidade indicando o seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC de que a licitante ostenta esta condição,** devendo ambas serem firmadas no corrente ano. Poderá ser utilizado o modelo do Anexo III.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL**

**d) Declaração de observância do limite de receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP**, do licitante que, durante a fase de apresentação de proposta e/ou fase de lances, usufruiu dos benefícios concedidos pela LC 123/2006 (ME/EPP), comprovando o constante no subitem 5.3.4 deste Edital, e conforme art. 4º, § 2º da Lei Federal 14.133/2021. Poderá ser utilizado o modelo do Anexo III.

**11.3.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**a) Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes Estadual**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação, expedida há menos de 90 (noventa) dias.

**b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União** em nome da licitante;

**c) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda ESTADUAL**, relativa ao domicílio ou sede da licitante;

**d) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda MUNICIPAL**, relativa ao domicílio ou sede da licitante;

**e) Certidão de Regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL DE SANTA CLARA DO SUL/RS**, que pode ser obtida através do site do Município, no link: <https://nfse.santaclaradosul.rs.gov.br/servicosweb/home.jsf> (ESCOLHER A OPÇÃO CONTRIBUINTE) ou através do telefone: (51) 3782-2250 ramal: 2141, com o Setor de Tributação. Em caso de não apresentação desta Certidão pelo licitante, o Agente de Contratação poderá consultar a sua regularidade perante esta Fazenda Municipal.

**f) Certidão de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);**

**g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;**

**h) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.** Poderá ser utilizado o modelo do Anexo III.

**i) Declaração de inexistência de parentesco.** Poderá ser utilizado o modelo do Anexo III.

**j) Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas. Poderá ser utilizado o modelo do Anexo III.

**11.3.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data da apresentação do documento;

**11.3.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**a) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações** e das condições contidas no Edital e seus anexos para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. Poderá ser utilizado o modelo do Anexo III.

**b) Declaração de que o licitante cumpre plenamente os requisitos para a habilitação** e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei. Poderá ser utilizado o modelo do Anexo III.

**c) Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. Poderá ser utilizado o modelo do Anexo III.

**d) Declaração de que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação** no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar eventuais ocorrências posteriores. Poderá ser utilizado o modelo do Anexo III.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL**

**11.3.5.** Todas as declarações de que tratam as alíneas do item 11, deverão ser devidamente assinadas por seu representante legal ou procurador, desde que seja anexada a respectiva procuração que outorgue poderes específicos para o ato, ou nos casos específicos pelo responsável técnico, desde que comprovada a condição.

**11.3.4.** Se a empresa licitante figurar como estabelecimento matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se filial, todos os documentos deverão estar no nome da filial, exceto aqueles documentos que, tenham que ser emitidos, obrigatoriamente, em nome da matriz.

**11.4. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**11.4.1.** Aplicam-se ao presente processo licitatório as disposições constantes nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**11.5. SUBSTITUIÇÃO OU APRESENTAÇÃO DE NOVOS DOCUMENTOS**

**11.5.1.** Após o envio dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**11.5.2.** Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação, auxiliado por equipe de apoio designada, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**12. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO**

**12.1.** Os documentos de habilitação, de que tratam o item 11.3, enviados nos termos do item 5, todos deste edital, serão examinados pelo agente de contratação, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

**12.2.** As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

**12.3.** A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

**12.4.** A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no subitem 5.2.3 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**12.5.** Na hipótese em que a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

**12.6.** Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

**13. RECURSO**

**13.1.** Declarado o vencedor da licitação, após o término do julgamento da proposta e dos documentos de habilitação, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública,



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL**

não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata manifestar sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão.

**13.2.** Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.

**13.3.** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

**13.4.** Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 13.2 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a apreciação dar-se-á em fase única.

**13.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.6.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

**13.7.** O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

#### **14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**14.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**14.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**14.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores à abertura das propostas.

#### **15. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**

**15.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

#### **16. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO**

**16.1.** O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data da





## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL

comunicação do município, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**16.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**16.3.** Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**16.4.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no subitem 10.4.1 letra “b” deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**16.5.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do **item 16.3** deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

**a)** convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

**b)** adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**16.6.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital.

**16.7.** A assinatura do contrato será, preferencialmente, através de Certificado Digital, emitido por autoridade certificadora credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) em nome do representante legal da empresa (e-CPF) ou em nome da empresa (e-CNPJ).

## 17. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

**17.1.** Constituem obrigações e responsabilidades da concessionária:

**17.1.1.** A concessionária deverá observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis ao serviço, bem como as normas de segurança do trabalho.

**17.1.2.** Conservar o ambiente interno e externo limpos e em condições de uso.

**17.1.3.** Ceder o espaço a outros segmentos sociais, culturais e desportivos da Comunidade local, mediante termo próprio.

**17.1.4.** Arcar com 25% (vinte e cinco por cento) dos custos de energia elétrica e 100% (cem por cento) do abastecimento de água e da manutenção (exceto da quadra esportiva e lâmpadas da quadra) e conservação do local e arredores.

**17.1.5.** Realizar a limpeza dos banheiros, vestiários, quadra e arquibancadas, fornecendo os materiais de limpeza e fazendo o recolhimento de lixo, mantendo o imóvel em condições permanentes de uso.

**17.1.6.** Efetuar a limpeza do local objeto desta concessão logo após os eventos, mantendo o ambiente limpo e higienizado, possibilitando seu uso na sequência.

**17.1.7.** Fornecer o material de higiene necessário ao funcionamento do local (Papel toalha, papel higiênico, entre outros), em quantidade suficiente, efetuando a reposição sempre que necessário (exceto quando o espaço for utilizado em Eventos/Programações da Administração Municipal).

**17.1.8.** Zelar pela ordem do estabelecimento e suas dependências.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL**

**17.1.9.** Entregar o imóvel concedido, no mesmo estado em que o recebeu ao final da concessão ou quando de sua rescisão.

**17.1.10.** Responsabilizar-se pelos custos e encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste edital, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de Santa Clara do Sul/RS.

**17.1.11.** Disponibilizar estrutura compatível para atendimento na comercialização de gêneros alimentícios e higienização quando solicitado em eventos de maior porte, incluindo maior número de colaboradores, se necessário.

**17.1.12.** Os valores das taxas de utilização que poderão ser praticados pela Concessionária, serão aqueles estabelecidos no Código Tributário Municipal (Lei Municipal nº 2626/2021).

**17.1.13.** Manter regular inscrição de Pessoa Jurídica com CNAE de atividade compatível com o objeto da concessão;

**17.1.14.** Obter e manter válida licença sanitária junto à Vigilância Sanitária Municipal, Estadual ou Federal, conforme necessário.

**17.1.15.** Responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao Município de Santa Clara do Sul/RS ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos;

**17.1.16.** Cumprir e fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho.

**17.1.17.** Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto do contrato.

**17.1.18.** Conceder livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis.

**17.1.19.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**17.1.20.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**17.2.** Constituem obrigações e responsabilidades do Município:

**17.2.1.** Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pelo licitante.

**17.2.2.** Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da licitação, através do Gestor e Fiscais de Contratos designados através de Portaria.

**17.2.3.** Providenciar a liberação dos Bombeiros e adequação, se for o caso, conforme laudo, para todos os eventos a serem realizados pela Administração Municipal.

**17.2.4.** Manter seguro do imóvel e suas instalações.

## **18. PRAZO DE VIGÊNCIA**

**18.1.** A vigência do contrato será de **05 (cinco) anos a contar de sua emissão**, com possibilidade de renovação, se houver interesse Público e se ambas as partes estiverem de acordo, até o limite decenal do art. 107 da Lei 14.133/2021.

## **19. DO PAGAMENTO E REAJUSTE**

**19.1.** O pagamento referente a concessão deverá ser realizado mensalmente, até o dia **15 (quinze) do mês subsequente ao da exploração**, mediante guia a ser obtida pela Concessionária junto a Fazenda Pública Municipal. Caso a data não seja dia útil, será considerado o primeiro dia útil seguinte aquele previsto.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL**

**19.1.1.** A guia com o valor referente a participação da concessionária no consumo de energia elétrica do imóvel cedido, deve ser igualmente retirada junto a Fazenda Pública Municipal, tendo seu vencimento conforme fatura estabelecida pela rede que abastece o imóvel.

**19.2.** O valor mensal a ser pago ao Município referente a concessão sofrerá correção anual pelo índice oficial de variação adotado pelo Município para correção de impostos e taxas (VRM).

**20. DA ENTREGA/RECEBIMENTO DO OBJETO**

**20.1.** A concessão de direito real de uso terá início imediatamente após a emissão do contrato.

**20.2.** O concessionário não receberá nenhum tipo de remuneração ou contraprestação salarial do Município.

**21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES**

**21.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**21.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 21.1 deste edital as seguintes sanções :

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos .

**21.3** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 21.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

**21.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 21.2 do presente Edital.

**21.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**21.6.** A aplicação das sanções previstas no item 21.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL**

**21.7.** Na aplicação da sanção prevista no item 21.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**21.8.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 21.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**21.9.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**21.10.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**21.11.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**21.12.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**21.13.** A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 21.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## **22. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**

**22.1.** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao Agente de Contratação, até **três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública**, **exclusivamente** por meio eletrônico, através do Portal [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

**22.1.1. Não serão aceitos pedidos enviados via e-mail, Correios ou outras formas que não a prevista acima.**

**22.2.** A resposta aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no endereço eletrônico mencionado no item 22.1, bem como no Portal do Tribunal de Contas do Estado (Licitacon): [https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:4::NO::F50500\\_CD\\_ORGAO:80000&cs=1vvnN8bwyKtQoNTneDUKARsdl1ik](https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:4::NO::F50500_CD_ORGAO:80000&cs=1vvnN8bwyKtQoNTneDUKARsdl1ik)

**22.3.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, conforme Art. 164 da Lei Federal 14.133/2021.

**22.4.** Decai do direito de impugnar, perante o Município, os termos do Edital de Licitação, aquele licitante que o tendo aceito sem objeção, venha a apontar, depois do prazo previsto no subitem 22.1 acima, falhas ou irregularidades, que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL**

**23. DO LOCAL E HORÁRIO PARA INFORMAÇÕES**

**23.1.** O edital e informações poderão ser obtidos no Setor de Licitações no Centro Administrativo do Município de Santa Clara do Sul, situado na Avenida Emancipação, 615, Centro, de segunda à sexta-feira, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30 min às 16h, telefone (51) 3782-2250, WhatsApp (51) 3782-2252, e-mail: [licitacoes@santaclaradosul.rs.gov.br](mailto:licitacoes@santaclaradosul.rs.gov.br) e [compras@santaclaradosul.rs.gov.br](mailto:compras@santaclaradosul.rs.gov.br) e <https://transparencia.santaclaradosul.rs.gov.br/transparencia/> ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e no Portal do Tribunal de Contas do Estado (Licitacon): [https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:4:::NO::F50500\\_CD\\_ORGAO:80000&cs=1vvnN8bwyKtQoNTneDUKARsdl1ik](https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:4:::NO::F50500_CD_ORGAO:80000&cs=1vvnN8bwyKtQoNTneDUKARsdl1ik)

**24. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**24.1.** O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta da licitante vencedora farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição.

**24.2.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e ou documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**24.3.** A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições desta Concorrência, sujeitando-se o licitante às sanções previstas no artigo 156, da Lei n.º 14.133/21.

**24.4.** O Município poderá optar por apenas uma proposta, rejeitá-las todas, anular ou revogar a Licitação, nos casos previstos em Lei, sem que, por este motivo, tenham os participantes direito a qualquer reclamação ou indenização.

**24.5.** É facultado ao Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer a/ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

**24.6.** A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar.

**24.7.** Em caso de divergência entre o Edital e seus anexos, prevalecerá o disposto no Edital.

**24.8.** Os casos omissos ao presente edital serão dirimidos pela Procuradoria Geral do Município.

**24.9.** Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Modelo de Proposta;
- c) Anexo III – Modelo de Declaração Conjunta;
- d) Anexo IV – Minuta de Contrato.

Santa Clara do Sul, 24 de outubro de 2024.

**PAULO CEZAR KOHLRAUSCH**  
Prefeito



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

Esta licitação destina-se a receber propostas para a concessão remunerada da outorga do Direito Real de Uso sobre o Ginásio Municipal e dependências, localizado à Rua Capitão Nicolau Klein, 533, Centro, Santa Clara do Sul/RS, conforme Lei Municipal nº 2882, de 03 de agosto de 2023.

**2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

O Ginásio Municipal, localizado no centro da cidade, é um espaço público utilizado para diversas finalidades desportivas, recreativas, culturais e de lazer. É o maior espaço desta natureza disponível no Município e possui estrutura para comportar grandes eventos. Devidamente licenciado perante o Corpo de Bombeiros e dotado de salas utilizadas pelo Poder Público e entidades diversas, onde são aplicados treinamentos esportivos, musicais, entre outros. Para manter o local conservado, higienizado e em condições de uso permanente, considera-se importante a licitação para concessão de uso e exploração de suas dependências, através de pessoa jurídica devidamente regularizada.

**3. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

A proposta deverá prever que a concessionária:

1. Realize a limpeza dos banheiros, forneça os materiais de limpeza e recolhimento de lixo.
2. Zele pela ordem do estabelecimento e suas dependências.
3. Entregue o imóvel concedido, no mesmo estado em que o recebeu ao final da concessão ou quando de sua rescisão.
4. O pagamento referente a concessão deverá ser realizado mensalmente, até o dia 15(quinze) do mês subsequente ao da exploração, mediante guia a ser obtida pela Concessionária junto a Fazenda Pública Municipal. Caso a data não seja dia útil, será considerado o primeiro dia útil seguinte aquele previsto.
5. A guia com o valor referente a participação da concessionária no consumo de energia elétrica do imóvel cedido, deve ser igualmente retirada junto a Fazenda Pública Municipal, tendo seu vencimento conforme fatura estabelecida pela rede que abastece o imóvel.
6. A Guia para pagamento do consumo mensal de água, igualmente deverá ser quitada de acordo com os prazos previstos em Lei.
7. O valor mensal a ser pago ao Município referente a concessão sofrerá correção anual pelo índice oficial de variação adotado pelo Município para correção de impostos e taxas (VRM).

A Concessionária caberá, obrigatoriamente:

8. Conservar o ambiente interno e externo limpo e em condições de uso;
9. Ceder o espaço a outros segmentos sociais, culturais e desportivos da Comunidade local, mediante termo próprio;
10. Arcar com 25% (vinte e cinco por cento) dos custos de energia elétrica e 100% (cem por cento) do abastecimento de água e da manutenção (exceto da quadra esportiva e lâmpadas da quadra) e conservação do local e arredores.
11. Realizar a limpeza dos banheiros, vestiários, quadra, arquibancadas, fornecendo os materiais de limpeza e fazendo o recolhimento de lixo, mantendo o imóvel em condições permanentes de uso.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL

12. Efetuar a limpeza do local objeto desta concessão logo após os eventos, mantendo o ambiente limpo e higienizado, possibilitando seu uso na sequência;

13. Fornecer o material de higiene necessário ao funcionamento do local (Papel toalha, papel higiênico, entre outros), em quantidade suficiente, efetuando a reposição sempre que necessário (exceto quando o espaço for utilizado em Eventos/Programações da Administração Municipal).

14. Efetuar a cobrança das taxas de utilização que poderão ser praticados pela Concessionária, de acordo com aqueles estabelecidos no Código Tributário Municipal (Lei Municipal nº 2626/2021).

15. Zelar pela ordem do estabelecimento e suas dependências.

16. Entregar o imóvel concedido, no mesmo estado em que o recebeu ao final da concessão ou quando de sua rescisão.

17. Todos os equipamentos, materiais, utensílios necessários e em quantidade suficiente ao pleno funcionamento dos serviços de copa e cozinha, bem como o atendimento ao público, deverão ser providenciados e disponibilizados pela concessionária e serão de sua inteira responsabilidade, inclusive a retirada dos mesmos ao final da concessão.

18. Todas as despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção (com exceção da quadra esportiva, lâmpadas da quadra) do bem imóvel cedido correrão por conta da concessionária.

19. O prazo para início da concessão será imediato após a emissão do contrato.

20. Será permitida a sublocação do espaço pela Concessionária, somente para atividades de finalidade esportiva, desde que seja solicitada autorização prévia e justificada juntamente ao Departamento de Cultura e Desporto do Município.

21. Ressalte-se que a concessão estabelecida pela presente licitação não garante direito de exclusividade aos concessionários, podendo, em eventos autorizados pelo Município ser transferido para terceiros.

22. Qualquer benfeitoria que o concessionário pretenda realizar no imóvel concedido deverá obter a aprovação prévia do Município.

23. Os eventos em que a Administração Municipal estiver inserida como parceira, patrocinadora, promotora e/ou apoiadora terão prioridade de agenda, bem como de exploração de todo o objeto de concessão, desde que, agendados previamente junto à Concessionária.

24. A vigência da concessão de uso será pelo período de 05 (cinco) anos, admitida a prorrogação por igual período, podendo ser rescindida a qualquer momento, por interesse público, assim como o Município resguarda-se à sua ocupação para realização de eventos públicos.

Ao município compete:

25. Manter seguro do imóvel e suas instalações.

26. Liberação dos Bombeiros e adequação, se for o caso, conforme laudo, para todos os eventos a serem realizados pela Administração Municipal.

### 4. FORMA DE JULGAMENTO/ESCOLHA DO FORNECEDOR

Para a contratação pretendida sugere-se o critério de julgamento de maior preço por item.

### 5. LOCAL DA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO E REGRAS DE RECEBIMENTO

O objeto da licitação refere-se a concessão de uso e exploração das dependências do Ginásio Municipal de Esportes:

GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES – Rua Capitão Nicolau Klein, s/n, Centro – Santa Clara do Sul/RS;

O recebimento dos **serviços**, objeto desta contratação, será feito por Servidor designado por Portaria, que fará o recebimento nos termos do art. 140, da Lei nº 14.133/21, da seguinte forma:

a) **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante recebimento do relatório de serviços executados e documentos de regularidade da contratada;

b) **definitivamente**, por servidor designado para fiscalização do contrato, mediante termo detalhado em Processo Administrativo que comprove o atendimento das exigências contratuais;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL**

**6. PRAZO DE EXECUÇÃO/ENTREGA, ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, VIGÊNCIA**

O acompanhamento será feito pelo Departamento de Cultura e Esporte. A partir da emissão do contrato, o mesmo tem vigência de 5 anos podendo ser prorrogado por igual período.

**7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

A fiscalização do contrato será feita por fiscal de contratos da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, Jordana Giongo Heisler, designada em Portaria.

O contato com a contratada será preferencialmente feito mediante mensagem via WhatsApp/telefônico (51) 3782-2271 ou através do e-mail: cultura@santaclaradosul.rs.gov.br.

Consideram-se os canais de contato da contratante os canais oficiais do Departamento acima mencionados.

O procedimento de verificação do cumprimento das obrigações da contratada na manutenção de todas as condições contratuais será realizado pela fiscalização de contrato no acompanhamento da execução do objeto, em caso de não atendimento a determinações contratuais se procederá com processo de avaliação de fornecedor em Processo Administrativo Digital, garantido o contraditório e a ampla defesa.

A avaliação de eventuais alterações, sanções ou rescisão do contrato correrá por Processo Administrativo encaminhado pela contratada ou pelo fiscal de contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**8. ESTIMATIVA DO VALOR**

O valor a título da concessão onerosa será devido anualmente, tomando-se como referência o mês de assinatura do contrato, sendo que o valor das propostas não poderá ser inferior a R\$ 1.090,15 (um mil e noventa reais e quinze centavos), optando-se por aquela mais vantajosa apresentada no momento de abertura dos envelopes contendo as propostas dos interessados.

**9. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO**

Além dos documentos comumente exigidos para as licitações, também deverá ser solicitado os documentos que seguem:

- Certidões negativas de débitos: federal, estadual, municipal (de Santa Clara do Sul e do município sede da empresa contratada), FGTS e débitos trabalhistas;
- Cartão CNPJ;

**10. DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

Santa Clara do Sul, 10 de abril de 2024.

**RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO**

Alison Mithiel Both  
Coordenador do Departamento de Cultura

**De Acordo.**

Ana Paula Dessoy  
Secretária de Educação, Cultura, Desporto e Juventude





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL**

**ANEXO II - MODELO**

**PROPOSTA REFERENTE À CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024**

Razão Social da Empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ Inscrição Estadual: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Pessoa Para Contato: \_\_\_\_\_

Dados Bancários da empresa: Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Conta: \_\_\_\_\_

Dados da pessoa para assinar o Contrato:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Prazo Validade da Proposta: \_\_\_\_\_

Prazo de Início da concessão: \_\_\_\_\_

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO PARA O GINÁSIO DE ESPORTES	MÊS	60	R\$	R\$

Local e data

Assinatura do representante legal da Empresa licitante, nome e forma de representação



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL

**ANEXO III - MODELO**

**DECLARAÇÃO CONJUNTA – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 05/2024**

(nome da empresa) ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador (a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, que:

1) Sob as sanções administrativas cabíveis e sob pena da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I, Art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006;

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II, Art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006;

( ) **COOPERATIVA**, conforme art. 34 da Lei 11.488 de 15 de Junho de 2007, e gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

A empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do Art. 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declara que **NÃO** celebrou contratos com a Administração Pública, no ano corrente, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (conforme art. 4º, § 2º da Lei 14.133/21).

**OBS.:** Deverá ser assinalada com um “X”, a condição jurídica da empresa.

2) DECLARA para fins do disposto no **artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República** que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalhador menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

3) DECLARA que **NÃO possui proprietário, sócios ou funcionários** que sejam servidores ou agentes Políticos da Prefeitura Municipal de Santa Clara do Sul/RS ou responsável pela licitação. Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agentes Políticos da Prefeitura Municipal de Santa Clara do Sul/RS ou responsável pela licitação.

4) DECLARA que **cumpr**e as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5) DECLARA que **tomou conhecimento de todas as informações e das condições** contidas no Edital e seus anexos para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

6) DECLARA que **cumpr**e plenamente os requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL**

7) DECLARA que **a proposta econômica compreende a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8) DECLARA que até a presente data **inexistem fatos impeditivos para sua habilitação** no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar eventuais ocorrências posteriores.

Local e data

Assinatura do representante legal da Empresa licitante, nome e forma de representação



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL

**ANEXO IV**

**Minuta de CONTRATO DE CONCESSÃO Nº...-04/2024**

**MUNICIPIO DE SANTA CLARA DO SUL**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob nº 94.705.936/0001-61, com sede na Avenida Emancipação, 615, na cidade de Santa Clara do Sul/RS, representado em seus atos pelo Prefeito Sr. **PAULO CEZAR KOHLRAUSCH**, inscrito no CPF sob nº 364.946.150-15, denominado de **CONCEDENTE** e, a empresa (**RAZÃO SOCIAL**), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº..., com sede na Rua ..., Bairro ..., na cidade de .../, CEP:..... representada por seu (forma de representação) (**NOME DO REPRESENTANTE**), inscrito no CPF sob nº ..., denominada de **CONCESSIONÁRIA**, ajustam o presente contrato para **CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, A TÍTULO ONEROSO, DAS DEPENDÊNCIAS DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES**, para execução de forma indireta, conforme Processo Administrativo Digital nº 1.083/2024, Licitação Modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024**, regido pela Lei nº Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações da Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 2882/2023, Decretos Municipais nº 2701/2022, nº 2836/2023, e demais legislação aplicável, bem como as condições a seguir estabelecidas.

**1. OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente Instrumento constitui-se na **CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, A TÍTULO ONEROSO, DAS DEPENDÊNCIAS DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES**, com área de 1880,09m², situado na Rua Capitão Nicolau Klein, nº 533, Centro – Santa Clara do Sul/RS, Setor 02, Quadra 35, Lote 277, matriculado no Registro de Imóveis de Lajeado-RS sob nº 83.044, tudo de acordo com o **Termo de Referência - Anexo I** do Edital, Lei Municipal nº 2882/2023 e conforme segue:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO PARA O GINÁSIO DE ESPORTES	MÊS	60	R\$	R\$

**1.1.1.** A concessão tem por finalidade a administração e exploração comercial de serviços de copa e cozinha, limpeza, agendamento de horários para prática esportiva nas dependências do Ginásio Municipal de Esportes (incluindo a quadra esportiva, arquibancadas, copa, cozinha, vestiários e sanitários).

**1.1.2.** Não estão contempladas na concessão as salas atualmente ocupadas e/ou cedidas pelo Poder Público.

**1.1.3.** O Município (Concedente) resguarda-se o direito de, **gratuitamente:**

**a)** Usar as dependências do ginásio de esportes para a prática de atividades esportivas, culturais e similares dos alunos da rede municipal e estadual, dos projetos esportivos e culturais da Administração Municipal, de acordo com a organização da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude ou sempre que previamente solicitado pela Administração Municipal;

**b)** Realizar eventos promovidos pelo Município;

**c)** Ocupar as salas dos pavimentos, inferior e superior, para a finalidade que melhor se ajustar às necessidades e interesses do Município.

**1.2. À Concessionária caberá, obrigatoriamente:**

**a)** Conservar o ambiente interno e externo limpo e em condições de uso;

**b)** Ceder o espaço a outros segmentos sociais, culturais e desportivos da Comunidade local, mediante termo próprio;

**c)** Arcar com 25% (vinte e cinco por cento) dos custos de energia elétrica e 100% (cem por cento) do abastecimento de água e da manutenção (exceto da quadra esportiva e lâmpadas da quadra) e conservação do local e arredores.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL**

**d)** Realizar a limpeza dos banheiros, vestiários, quadra, arquibancadas, fornecendo os materiais de limpeza e fazendo o recolhimento de lixo, mantendo o imóvel em condições permanentes de uso.

**d.1)** Efetuar a limpeza do local objeto desta concessão logo após os eventos, mantendo o ambiente limpo e higienizado, possibilitando seu uso na sequência;

**d.2)** Fornecer o material de higiene necessário ao funcionamento do local (Papel toalha, papel higiênico, entre outros), em quantidade suficiente, efetuando a reposição sempre que necessário (exceto quando o espaço for utilizado em Eventos/Programações da Administração Municipal).

**e)** Efetuar a cobrança das taxas de utilização que poderão ser praticados pela Concessionária, de acordo com aqueles estabelecidos no Código Tributário Municipal (Lei Municipal nº 2626/2021).

**f)** Zelar pela ordem do estabelecimento e suas dependências.

**g)** Entregar o imóvel concedido, no mesmo estado em que o recebeu ao final da concessão ou quando de sua rescisão.

**h)** Realizar o uso racional de água e energia, de forma a evitar desperdícios.

**i)** Colaborar para separação dos resíduos recicláveis.

**1.3.** Todos os equipamentos, materiais, utensílios necessários e em quantidade suficiente ao pleno funcionamento dos serviços de copa e cozinha, bem como o atendimento ao público, deverão ser providenciados e disponibilizados pela concessionária e serão de sua inteira responsabilidade, inclusive a retirada dos mesmos ao final da concessão.

**1.4.** Todas as despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção (com exceção da quadra esportiva, lâmpadas da quadra) do bem imóvel cedido correrão por conta da concessionária.

**1.5.** O prazo para início da concessão será imediato após a emissão do contrato.

**1.6.** Será permitida a sublocação do espaço pela Concessionária, somente para atividades de finalidade esportiva, desde que seja solicitada autorização prévia e justificada juntamente ao Departamento de Cultura e Desporto do Município.

**1.7.** Ressalta-se que a concessão estabelecida pela presente licitação não garante direito de exclusividade ao concessionário, podendo, em eventos autorizados pelo Município ser transferido para terceiros.

**1.8.** A concessionária ficará responsável pela segurança, limpeza, manutenção, conservação e fiscalização da área física disponibilizada e/ou utilizada (Ginásio Municipal e entorno), comprometendo-se, salvo autorização em contrário, a entregá-la, ao término do contrato, nas mesmas condições em que inicialmente se encontrava.

**1.9.** Qualquer modificação física, reforma e outra mudança na instalação hidráulica ou elétrica, que o concessionário pretenda realizar no imóvel concedido deverá obter autorização prévia através de requerimento, que, uma vez aprovado, eximirá o Concedente (Município) de responder por eventual ação indenizatória pelas benfeitorias.

**1.10.** Os eventos em que a Administração Municipal estiver inserida como parceira, promotora e/ou apoiadora terão prioridade de agenda, bem como de exploração de todo o objeto de concessão, desde que, agendados previamente junto à Concessionária.

**1.11.** A vigência da concessão de uso será pelo período de **05 (cinco) anos**, admitida a prorrogação por igual período, podendo ser rescindida a qualquer momento, por interesse público, assim como o Município resguarda-se à sua ocupação para realização de eventos públicos.

**1.12.** A concessionária se obriga a manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições básicas de habilitação e qualificação exigidas no presente certame.

## **2. DO VALOR, PAGAMENTO E REAJUSTE**

**2.1.** O valor a ser pago mensalmente pela Concessão, objeto deste Contrato é de **R\$ XXXX (XXXX)**.





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL**

**2.2.** O pagamento referente a concessão deverá ser realizado mensalmente, **até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da exploração**, mediante guia a ser obtida pela Concessionária junto a Fazenda Pública Municipal. Caso a data não seja dia útil, será considerado o primeiro dia útil seguinte aquele previsto.

**2.2.1.** A guia com o valor referente a participação da concessionária no consumo de energia elétrica do imóvel cedido, deve ser igualmente retirada junto a Fazenda Pública Municipal, tendo seu vencimento conforme fatura estabelecida pela rede que abastece o imóvel.

**2.3.** O valor mensal a ser pago ao Município referente a concessão sofrerá correção anual pelo índice oficial de variação adotado pelo Município para correção de impostos e taxas (VRM).

### **3. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, ENTREGA/RECEBIMENTO DO OBJETO**

**3.1.** A vigência do contrato será de **05 (cinco) anos a contar de sua emissão**, com possibilidade de renovação, se houver interesse Público e se ambas as partes estiverem de acordo, até o limite decenal do art. 107 da Lei 14.133/2021.

**3.2.** A concessão de direito real de uso terá início imediatamente após a emissão do contrato.

**3.3.** O concessionário não receberá nenhum tipo de remuneração ou contraprestação salarial do Município.

### **4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

**4.1.** Constituem obrigações e responsabilidades da concessionária:

**4.1.1.** A concessionária deverá observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis ao serviço, bem como as normas de segurança do trabalho.

**4.1.2.** Conservar o ambiente interno e externo limpos e em condições de uso.

**4.1.3.** Ceder o espaço a outros segmentos sociais, culturais e desportivos da Comunidade local, mediante termo próprio.

**4.1.4.** Arcar com 25% (vinte e cinco por cento) dos custos de energia elétrica e 100% (cem por cento) do abastecimento de água e da manutenção (exceto da quadra esportiva e lâmpadas da quadra) e conservação do local e arredores.

**4.1.5.** Realizar a limpeza dos banheiros, vestiários, quadra e arquibancadas, fornecendo os materiais de limpeza e fazendo o recolhimento de lixo, mantendo o imóvel em condições permanentes de uso.

**4.1.6.** Efetuar a limpeza do local objeto desta concessão logo após os eventos, mantendo o ambiente limpo e higienizado, possibilitando seu uso na sequência.

**4.1.7.** Fornecer o material de higiene necessário ao funcionamento do local (Papel toalha, papel higiênico, entre outros), em quantidade suficiente, efetuando a reposição sempre que necessário (exceto quando o espaço for utilizado em Eventos/Programações da Administração Municipal).

**4.1.8.** Zelar pela ordem do estabelecimento e suas dependências.

**4.1.9.** Entregar o imóvel concedido, no mesmo estado em que o recebeu ao final da concessão ou quando de sua rescisão.

**4.1.10.** Responsabilizar-se pelos custos e encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste edital, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de Santa Clara do Sul/RS.

**4.1.11.** Disponibilizar estrutura compatível para atendimento na comercialização de gêneros alimentícios e higienização quando solicitado em eventos de maior porte, incluindo maior número de colaboradores, se necessário.

**4.1.12.** Os valores das taxas de utilização que poderão ser praticados pela Concessionária, serão aqueles estabelecidos no Código Tributário Municipal (Lei Municipal nº 2626/2021).



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL**

**4.1.13.** Manter regular inscrição de Pessoa Jurídica com CNAE de atividade compatível com o objeto da concessão;

**4.1.14.** Obter e manter válida licença sanitária junto à Vigilância Sanitária Municipal, Estadual ou Federal, conforme necessário.

**4.1.15.** Responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao Município de Santa Clara do Sul/RS ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos;

**4.1.16.** Cumprir e fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho.

**4.1.17.** Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto do contrato.

**4.1.18.** Conceder livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis.

**4.1.19.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**4.1.20.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**4.2.** Constituem obrigações e responsabilidades do Município (concedente):

**4.2.1.** Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pelo licitante.

**4.2.2.** Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da concessão, através do Gestor e Fiscais de Contratos designados através de Portaria.

**4.2.3.** Providenciar a liberação dos Bombeiros e adequação, se for o caso, conforme laudo, para todos os eventos a serem realizados pela Administração Municipal.

**4.2.4.** Manter seguro do imóvel e suas instalações.

## **5. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES**

**5.1.** O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

**a)** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**c)** dar causa à inexecução total do contrato;

**d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**i)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**k)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**l)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**5.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 5.1 deste contrato as seguintes sanções :

**a)** advertência;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL**

**b)** multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

**c)** impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**5.3** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 5.2. do presente contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

**5.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 6.2 do presente contrato.

**5.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**5.6.** A aplicação das sanções previstas no item 5.2. deste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**5.7.** Na aplicação da sanção prevista no item 5.2, alínea “b”, do presente contrato, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**5.8.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 5.2 do presente contrato o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**5.9.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**5.10.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**5.11.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**5.12.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

**a)** reparação integral do dano causado à Administração Pública;

**b)** pagamento da multa;

**c)** transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

**d)** cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

**e)** análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**5.13.** A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 5.2 do presente contrato exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## **6. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL**

**6.1.** As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

**6.2.** A extinção do contrato poderá ser conforme elencada no art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**7.1.** A fiscalização do contrato será feita por fiscal de contratos da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, designado em Portaria, já o acompanhamento do contrato será de responsabilidade do Departamento de Cultura e Desporto.

**7.2.** O contato com a contratada será preferencialmente feito mediante mensagem via WhatsApp (51) 3782-2271 ou através do e-mail: [cultura@santaclaradosul.rs.gov.br](mailto:cultura@santaclaradosul.rs.gov.br) ou [educacao@santaclaradosul.rs.gov.br](mailto:educacao@santaclaradosul.rs.gov.br)

**7.2.1.** Consideram-se os canais de contato da contratada os informados na proposta, e da contratante os canais oficiais acima mencionados.

**7.3.** O procedimento de verificação do cumprimento das obrigações da contratada na manutenção de todas as condições contratuais será realizado pela fiscalização de contrato no acompanhamento da execução do objeto, em caso de não atendimento a determinações contratuais se procederá com processo de avaliação de fornecedor em Processo Administrativo Digital, garantido o contraditório e a ampla defesa.

**7.4.** A avaliação de eventuais alterações, sanções ou rescisão do contrato correrá por Processo Administrativo encaminhado pela contratada ou pelo fiscal de contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**8. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**8.1.** Respeitadas as disposições deste Contrato, passam a fazer parte integrante deste Instrumento e terão plena validade entre as partes contratantes, o edital da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 05/2024**, seus anexos, a Proposta da CONCESSIONÁRIA, e demais documentos anexos ao Processo Administrativo Digital nº 1.083/2024.

**8.2.** Todas as comunicações, relativas ao presente Contrato serão consideradas como regularmente feitas se protocoladas no Protocolo do contratante através do endereço <https://santaclaradosul.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5> ou enviadas por e-mail para o endereço eletrônico [contratos@santaclaradosul.rs.gov.br](mailto:contratos@santaclaradosul.rs.gov.br).

**9. FORO**

**9.1.** É competente, o Foro da Comarca de Lajeado/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos deste Contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, que lido e achado conforme vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Santa Clara do Sul, ... de ..... de 2024.

**MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL**  
PAULO CEZAR KOHLRAUSCH  
Prefeito

**RAZÃO SOCIAL DA CONCESSIONÁRIA**  
REPRESENTANTE  
Forma de Representação

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 969D-2552-0077-CB71

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



PAULO CEZAR KOHLRAUSCH (CPF 364.XXX.XXX-15) em 24/10/2024 15:50:03 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5  
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://santaclaradosul.1doc.com.br/verificacao/969D-2552-0077-CB71>